



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL  
CURSO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**

**ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL NO BRASIL**

**JAVÃ DE ARAÚJO NORMANDO**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2014**

**JAVÃ DE ARAÚJO NORMANDO**

**ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL NO BRASIL**

*Trabalho de Conclusão de Curso  
(TCC) apresentado como exigência  
para obtenção do Título de  
Graduado em Engenharia Sanitária  
e Ambiental da Universidade  
Estadual da Paraíba – UEPB.*

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Maria Ribeiro Lima

CAMPINA GRANDE – PB  
2014

JAVÃ DE ARAÚJO NORMANDO

ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL NO BRASIL


*Trabalho de Conclusão de Curso  
(TCC) apresentado como exigência  
para obtenção do Título de Graduado  
em Engenharia Sanitária e Ambiental  
da Universidade Estadual da Paraíba  
– UEPB.*

APRESENTADO EM: 29 / julho / 2014

NOTA: 10,0 ( Dez no zero )

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Drª. Lígia Maria Ribeiro Lima  
(Orientadora – DESA/ UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Drª. Neyliane Costa de Souza  
(Examinadora – DESA/ UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Drª. Vera Lúcia Meira de Moraes Silva  
(Examinadora – DQ/ UEPB)

CAMPINA GRANDE – PB  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N847a Normando, Javã de Araújo.  
Atuação da Polícia Militar Ambiental no Brasil [manuscrito] /  
Javã de Araújo Normando. - 2014.  
49 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia  
Sanitária e Ambiental) - Universidade Estadual da Paraíba,  
Centro de Ciências e Tecnologia, 2014.  
"Orientação: Profa. Dra. Lígia Maria Ribeiro Lima,  
Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental".

1. Preservação ambiental. 2. Polícia Militar Ambiental. 3.  
Educação ambiental. I. Título.

21. ed. CDD 363.7

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu guia e socorro em todos os instantes da minha vida, ao meu pai Carlos Normando, minha mãe Socorro Araújo e todos demais familiares.

## EPÍGRAFE

“Todo mundo fala como deixar um planeta melhor para nossos filhos. Na verdade deveríamos tentar deixar filhos melhores para nosso planeta.”

Clint Eastwood, 84 anos, ícone do cinema americano.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que me concedeu sabedoria e conhecimento pra chegar a esse momento.

A matriarca familiar, minha avó, Cremilda, jamais poderei expressar em palavras o quanto sou grato por tudo que fez por mim.

A minha mãe, Socorro Araújo, mulher guerreira e de fibra, sem a qual jamais conseguiria estar realizando este sonho.

Aos meus familiares, primos, primas, tios e tias.

A minha amiga, companheira, namorada, noiva e futura esposa, Mirella.

Aos meus companheiros e eternos amigos, Cassyo, Dayvison, Ítalo e Leandro.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lígia Maria Ribeiro Lima, que me ajudou nessa etapa final de curso, a qual nunca poderei expressar em palavras o quanto sou grato.

A todos os professores que contribuíram de forma direta no aprendizado que obtive durante todo o período acadêmico.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brasão da Polícia Militar Ambiental de São Paulo.....	29
Figura 2 – Programa Espiral da Sustentabilidade.....	29
Figura 3 – PMASP em apreensões devido a atividades ilegais de caça e pesca e cativeiros clandestinos de aves.....	30
Figura 4 – Brasão do Comando de Policiamento Ambiental – RJ.....	32
Figura 5 – Atuação da PMARJ em dois casos: (a) Maus tratos a animais domésticos; (b) Desmatamento de áreas verdes.....	33
Figura 6 – Brasão do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal.....	33
Figura 7 - Resgate de lobo-guará fêmea – DF.....	34
Figura 8 – Brasão da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina.....	35
Figura 9 - Mapa da área de responsabilidades das UPAmb da Polícia Militar da Bahia.....	37
Figura 10 - Atividade de EA, Ecotrilha, realizada pela COPPA no Parque Metropolitano de Pituvaçu, outubro de 2009.....	38
Figura 11 – Brasão CIPA.....	39
Figura 12 - Estouro de rinha de galo e transporte ilegal de madeira.....	40
Figura 13 – Inauguração do 1º Pelotão de Polícia Ambiental de Campina Grande – PB.....	41
Figura 14 – (a) Apreensão de aves silvestres sendo comercializadas em João Pessoa; (b) Apreensão de pássaros aprisionados de forma irregular em Campina Grande.....	42



## RESUMO

De forma crescente, as preocupações com o meio ambiente chegaram a este século com grande enfoque. Debates, Congressos e Acordos Internacionais, são constantes em todo o planeta, sempre visando uma forma de conciliar um desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente, surgindo a ideia de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade. No Brasil após pressão interna e externa, foi criada em 1981 a Lei nº 6.938, mas conhecida como Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), considerada um “divisor de águas”, tem como objetivo preservar, e propiciar melhorias na qualidade ambiental propícia à vida. O PNMA traça como importante meio de alcançar seus objetivos, a educação ambiental, de forma que alcance todos os níveis de ensino, e a toda sociedade, convocando como participantes na defesa do meio ambiente. Mas entre tantas preocupações, com as leis surgindo, há uma preocupação em fiscalizar e prevenir os abusos ao meio ambiente. Em nossa Carta Magna de 1988, fica registrado além da renovação com a preocupação ambiental, em seu art. 144, §5º, estabelece como atribuição a Polícia Militar (PM), a preservação da ordem pública e a polícia ostensiva, cabendo a PM, a capacidade e competência de coibir, prevenir e combater os crimes ambientais. Em parceria com os Órgãos Ambientais Federais, Estaduais e Municipais, as PM's vêm desenvolvendo esse trabalho de forma crescente ao longo dos anos, chegando ao ápice, com a formação dos Batalhões de Polícia Militar Ambiental, uma divisão dedicada e especializada, voltada de forma prioritária a atender as ocorrências ambientais. Neste trabalho, foi proposto tomar maior conhecimento da atuação dos BPAMB de alguns dos principais estados do nosso país, através de pesquisas literárias, buscas em *blogs* e *sites* dos mesmos, e quando possível, conversas pessoais com integrantes deste serviço. Após todo o processo de pesquisa foi notável visualizar as particularidades de cada Batalhão em cada estado, e perceber que alguns possuem certo destaque em alguma área, como por exemplo, Santa Catarina sendo destaque no quesito perícia ambiental; mas que todos trabalham e buscam prevenir os crimes ambientais através da fiscalização, ainda buscando manter o programa de educação ambiental como esperança para um futuro melhor para futuras gerações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio Ambiente; Política Nacional do Meio Ambiente; Polícia Militar Ambiental.

## **ABSTRACT**

Increasingly, concerns about the environment came to this world with great focus. Debates, Conventions and International Agreements, are constant across the planet, always seeking a way to reconcile economic development with the preservation of the environment, resulting in the idea of sustainable development, sustainability. In Brazil after internal and external pressure, was established in 1981 to Law No. 6.938, but known as the National Environmental Policy (NEP), considered a "watershed", aims to preserve and provide favorable improvements in environmental quality to life. The NEP traces how important means of achieving their goals, environmental education, in order to reach all levels of education, and society as a whole, calling as participants in environmental protection. But among so many concerns with the laws emerging, there is a concern supervise and prevent abuse of the environment. In our Constitution of 1988 is recorded after the renewal with environmental concerns in their art. 144, § 5, as established award the Military Police (MP), the preservation of public order and overt police, leaving the PM, the ability and competence to deter, prevent and combat environmental crimes. In partnership with the Environmental Organ Federal, State and Municipal, the PM's have been developing this work incrementally over the years, reaching its apex with the formation of battalions Environmental Police, a dedicated and specialized, targeted division a priority to meet environmental occurrences. In this work, we propose to take greater knowledge of the performance of BPAMB some of the major states of our country through literature searches, searches on blogs and sites thereof, and when possible, personal conversations with members of this service. After all the research process was remarkable view of the particularities of each battalion in each state, and realize that some have certain prominence in some area, such as Santa Catarina being featured in the issue environmental expertise; but all work and seek to prevent environmental crimes by monitoring, still trying to maintain the environmental education program and hope for a better future for future generations.

**KEYWORDS:** Environment; National Environmental Policy; Environmental Police.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>13</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
<b>3.1 Meio Ambiente.....</b>	<b>13</b>
<b>3.2 Política Pública Ambiental.....</b>	<b>14</b>
<b>3.3 Educação Ambiental.....</b>	<b>17</b>
<b>3.4 Gestão Ambiental.....</b>	<b>20</b>
<b>3.5 Polícia Ambiental.....</b>	<b>21</b>
<b>3.5.1 Poder de Polícia Ambiental.....</b>	<b>23</b>
<b>3.6 Polícia Militar Ambiental no Brasil.....</b>	<b>28</b>
<b>3.6.1 Polícia Militar Ambiental de São Paulo (PMASP).....</b>	<b>28</b>
<b>3.6.2 Polícia Militar Ambiental do Rio de Janeiro (PMARJ).....</b>	<b>31</b>
<b>3.6.3 Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal (PMADF).....</b>	<b>33</b>
<b>3.6.4 Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina (PMASC).....</b>	<b>34</b>
<b>3.6.5 Polícia Militar Ambiental da Bahia (PMABA).....</b>	<b>36</b>
<b>3.6.6 Polícia Militar Ambiental do Acre (PMAAC).....</b>	<b>38</b>
<b>3.6.7 Polícia Militar Ambiental da Paraíba (PMAPB).....</b>	<b>41</b>
<b>4 METODOLOGIA DESENVOLVIDA.....</b>	<b>43</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ultimamente a preocupação com as questões ambientais vem sendo muito explorada, uma vez que o desequilíbrio gerado de uma forma global encaminha-se ao surgimento de grandes impactos negativos na sociedade.

Investimentos são visíveis, no âmbito da educação ambiental, desde 1999 com a Lei Federal 9.795, este conteúdo é matéria obrigatória em todos os níveis de ensino. Infelizmente fica claro que tal Lei não é respeitada, portanto, como poderemos estar à altura da nossa rica fauna e flora. Não dá para esperarmos alcançarmos este nível de cultura, respeito e conhecimento, enquanto nosso meio ambiente sofre com tanto descaso.

Ocupando 47,3% de todo o território da América do Sul, a República Federativa do Brasil possui mais de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> de área. O Brasil tem a mais diversificada estrutura de ecossistemas: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Zona Costeira e Pantanal, além de ser o maior país tropical do mundo.

A fauna e a flora brasileiras são extremamente ricas, nelas está contido o maior número de plantas floríferas, peixes de água doce, anfíbios e primatas. Nosso país ainda é líder em número de espécies de insetos e diversidade de vertebrados e ocupa o segundo lugar em número de espécies endêmicas, palmeiras e répteis. Infelizmente, apesar dos esforços e trabalhos internos e externos, somente 3% da área brasileira é protegida por lei.

Não basta dar atenção, não basta nos preocuparmos com a natureza, é preciso protegê-la. Este trabalho visa esclarecer que a Polícia Militar também está preocupada com tal assunto, ela atua fiscalizando e coibindo ações nocivas ao nosso Meio Ambiente, implementando campanhas educativas, e ainda colaborando com informações as Promotorias de Justiça do Meio Ambiente. Ressaltando que o Poder de Polícia Ambiental conferido à Polícia Militar Ambiental tem respaldo na Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, com redação dada pela lei 7.804, de 18 de julho de 1989, que dispõe sobre a Polícia Nacional do Meio Ambiente.

Conhecer o trabalho da Polícia Ambiental é de suma importância para que possamos contribuir com esses guerreiros do dia a dia, suas ações, como atuam, onde se localizam, e saber que não estamos sozinhos nessa batalha por um Meio Ambiente melhor.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Conhecer o trabalho da Polícia Militar Ambiental, realizada no Brasil.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Conhecer o trabalho da Polícia Militar Ambiental, já em desenvolvimento nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia, Acre e no Distrito Federal.
- Inteirar-se da implementação da Polícia Militar Ambiental no estado da Paraíba.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **3.1 Meio Ambiente**

Desde o aparecimento da forma mais primitiva de vida na Terra, o planeta vem sofrendo alterações. Além do mais, é necessário considerar que, embora a taxa de crescimento populacional esteja virtualmente decrescendo em todos os lugares, em 1925 existiam apenas dois bilhões de habitantes no mundo e estima-se que em 2025 a população mundial será de dez bilhões de habitantes. Nota-se que a população mundial será aproximadamente duas vezes maior do que a atual. Isso é preocupante, pois os seres vivos já consomem, no presente, algo em torno de 40% do material orgânico produzido anualmente pela atividade fotossintética vegetal (PHILIPPI JR. e PELICIONI, 2014).

A problemática “meio ambiente” faz parte de uma das maiores preocupações do ser humano há algumas décadas, poluição e degradação do meio resultam numa

crise de recursos naturais e energéticos, misturam-se com problemas sociais, como desemprego, fome e pobreza.

Devemos ter sempre em mente que os movimentos ambientalistas são um produto de seu tempo e, como tal, refletem as ideias dominantes de uma época, assim como os conflitos e divergências característicos do avanço do conhecimento.

Durante séculos, o acesso aos recursos naturais – terra e minerais – era considerado um pré-requisito do desenvolvimento. As Américas e parte da África e da Ásia foram colonizadas com vistas à apropriação desses recursos pelos colonizadores, através de guerras coloniais e imperialistas. Após as revoluções industriais, o capital físico – máquinas e equipamentos – tornou-se a base da acumulação da riqueza e, “industrializado”, tornou-se sinônimo de “desenvolvido”. (SANTOS, 2002)

### **3.2 Política Pública Ambiental**

O sistema político congrega um conjunto de objetivos que informam determinados programas de ação de governo e condicionam sua execução. Como política pública é um conjunto de diretrizes advindas da sociedade, por meio de seus vários grupos, os programas de ação e sua execução destinam-se a atingir seus objetivos. Quando esses objetivos estão relacionados com a proteção do meio ambiente, tem-se a política ambiental. Uma vez submetida e aprovada pelos parlamentos, em seus diversos níveis, tem-se a política governamental.

Devem-se levar em conta a necessidade de políticas nacionais que indiquem os grandes rumos a serem seguidos, e que fixem aqueles objetivos considerados fundamentais a serem alcançados. Sua implementação deverá ser feita através de políticas governamentais.

Podem ser destacados cinco das principais leis que manifestam políticas públicas nacionais que se relacionam com questões do meio ambiente:

- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81).
- Política Nacional de Saúde (Lei n. 8.080/90).
- Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/97, alterada pela Lei n. 9.984/00).
- Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.795/99).
- Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (Lei n. 10.257/01).

O despertar da consciência ambiental movimentou a sociedade culminando com sua expressão maior na inclusão do capítulo sobre meio ambiente na Constituição de 1988 e na realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, da qual, além da Declaração de Princípios, se originou o documento batizado com o nome de Agenda 21, onde está registrado que o êxito na execução dos programas de desenvolvimento sustentável é de responsabilidade, antes de tudo, dos governos (PHILIPPI JR.; ROMÉRIO e BRUNA, 2004).

A Primeira Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, contou com representantes de 113 países, 250 ONG's e dos organismos da ONU, trouxe oficialmente a cena o tema da sobrevivência da humanidade. Nesta conferência foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Naquele momento, a ideia era dar mais visibilidade aos problemas ambientais percebidos à época e tendo os países presentes, acertado um plano de ações sobre cooperação contra poluição, o mundo começava a se voltar para as questões ambientais, enquanto o Brasil, segundo Buglione (1999), encontrava-se em crescimento econômico, vivia o regime militar, período conhecido como “milagre econômico”.

Milaré (2007) refere-se ao Brasil como contrário as preocupações mundiais com o meio ambiente, defendendo o crescimento econômico a qualquer preço, causando grande mal estar. Mesmo assim, estados mais industrializados, como Rio de Janeiro e São Paulo, se preocuparam em editar leis e instituir órgãos para controlar a poluição.

Segundo Buglione (1999), o Brasil sofria pressão da “sociedade civil e internacional”, o que culminou em 31 de agosto de 1981, na primeira lei genérica de proteção ambiental, a Lei Federal n. 6938, nascia então a Política Nacional de Meio Ambiente.

A PNMA tem por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana” ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)).

O Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) tem por objetivo contribuir para o fortalecimento das principais instituições ambientais brasileiras bem como

reforçar a capacidade de gestão ambiental nos níveis federal, estadual, do Distrito Federal e municipal. Atualmente o Programa encontra-se em sua segunda fase (2009 - 2014), tendo por meta principal a atuação junto aos estados e ao governo federal nas seguintes temáticas ambientais: licenciamento, monitoramento e instrumentos econômicos para a gestão do meio ambiente. Esta segunda fase é cofinanciada pelo Banco Mundial, tendo sido aprovados recursos de US\$24,3 milhões junto a essa instituição. O Governo Brasileiro, por sua vez, deverá garantir uma contrapartida de 30% do montante do empréstimo (<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/programa-nacional-do-meio-ambiente>).

Como mecanismos de formulação do PNMA, foi criado o CONAMA, órgão colegiado, presidido pelo Ministro do Meio Ambiente, e o SISNAMA, composto pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, tendo como seu Órgão Superior o Conselho Nacional do Meio Ambiente.

A fiscalização ambiental no Brasil é realizada pela União, pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, por órgãos da administração direta ou indireta. A base normativa se encontra na Lei n. 6.938/81 que dispõe sobre o SISNAMA. Ressalte - se o artigo 6º (<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano>):

"Art. 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados,... responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA."

O SISNAMA não funciona como uma entidade situada no tempo e no espaço. Mais do que uma instituição, ele é um instituto jurídico ou legal. Não tem personalidade jurídica nem qualquer outra identificação. Todavia, implicitamente tem atribuições, não próprias, porém através de órgãos, entidades e instituições que o integram (MILARÉ, 2004).

A tutela ambiental constitucional teve seu marco histórico inicial com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual tratou de questões ambientais em diversos dispositivos, merecendo destaque no Capítulo VI, Art. 225, *caput*, o qual dispõe que todos têm direito ao meio ambiente



ecologicamente equilibrado e, simultaneamente, têm o dever de defendê-lo e preservá-lo.

“Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

### **3.3 Educação Ambiental**

O tema Educação Ambiental tem como proposta desenvolver valores e ações que estimulem a transformação social, levando às pessoas o conhecimento sobre o meio físico e as inter-relações entre o homem e o meio ambiente para que compreendam as questões ambientais e se comprometam, por meio de ações efetivas, com a conservação e preservação do meio ambiente. Através de projetos de educação ambiental é criada massa crítica consciente do seu papel na sociedade e do que a sua conduta pode causar ao meio ambiente, tornando-se agente multiplicador de boas práticas ambientais. As pessoas são levadas a uma reeducação na qual há mudança do seu padrão de comportamento, despertando a preocupação individual e coletiva para as questões ambientais, desenvolvendo consciência crítica e ética (QUINTANILHA, 2008).

O homem desde a sua origem até os dias atuais tem causado transformações ao meio ambiente, resultando muitas vezes em danos irreversíveis. Por isso, a educação ambiental, deve advir da conscientização de se preservar o meio ambiente (SILVA *et al.*, 2005). A recomendação de número 96 da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, aponta a educação ambiental como um dos elementos essenciais ao combate à crise do meio ambiente no mundo. Ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, o nível de conscientização ambiental aumentou gradativamente no mundo.

A Educação Ambiental é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino/ aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador, através do

desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes, por meio de uma conduta ética, condizentes ao exercício da cidadania (<http://www.apromac.org.br>).

Segundo Rocha (2000), educação ambiental é um processo de tomada de consciência política, institucional e comunitária da realidade ambiental, do homem e da sociedade, para analisar, em conjunto com a comunidade, através de mecanismos formais e não formais, as melhores alternativas de proteção da natureza e do desenvolvimento sócioeconômico do homem e da sociedade. Assim, entende-se por educação ambiental, tudo que leva a apropriação do meio ambiente, onde se possa construir, estabelecer relações e a utilização sustentada do meio ambiente. No ambiente urbano das médias e grandes cidades, a universidade, além de outros meios de comunicação é responsável pela educação do indivíduo e consequentemente da sociedade, uma vez que há o repasse de informações, isso gera um sistema dinâmico e abrangente a todos. A população está cada vez mais envolvida com as novas tecnologias e com cenários urbanos perdendo desta maneira, a relação natural que tinham com a terra e suas culturas.

A implementação da Educação Ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura incutir no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais ([http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao\\_ambiental](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao_ambiental)).

O relacionamento da humanidade com a natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas, tem hoje culminado numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais.

Atualmente, são comuns a contaminação dos cursos de água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, a caça indiscriminada e a redução ou mesmo destruição dos *habitats* faunísticos, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente.

Dentro deste contexto, é clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável (processo que assegura uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses das gerações futuras e, ao mesmo tempo atender as necessidades das gerações atuais), a compatibilização de

práticas econômicas e conservacionistas, com reflexos positivos evidentes junto à qualidade de vida de todos.

Para que a educação ambiental seja divulgada, conhecida e praticada entre todas as pessoas, sem distinção, é necessário um processo contínuo promovendo a conscientização do público alvo, transmitindo-lhes informações que possibilitem o desenvolvimento de hábitos e habilidades, estabelecendo critérios e padrões que viabilizem a solução de problemas e tomadas de decisão. A Educação Ambiental deve provocar mudança de comportamento do público alvo, criando canais de participação que permitam à Universidade e os Órgãos Públicos cumprirem sua função social de transformação e melhoria da qualidade de vida das comunidades ([http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/educacao\\_ambiental/educacao\\_ambiental.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/educacao_ambiental/educacao_ambiental.html)).

É necessário que se transmita o conhecimento sobre o ambiente, na sua concepção mais ampla, visando a proteção e utilização sustentável dos recursos, e, muito mais especificamente, os participantes desse processo de conscientização sobre educação ambiental, necessitam de orientação quanto à forma adequada de gerenciar os resíduos gerados pelo meio no qual convivem.

### 3.4 Gestão Ambiental

A abordagem da gestão ambiental exige dois olhares. O primeiro se refere à compreensão do significado da expressão meio ambiente, abrangendo tanto o meio natural como o construído, isto é, aquele alterado pela ação do homem. Este identificado com o espaço urbano ou o agrícola; aquele com a natureza em seu estado primitivo ou recomposto. O segundo diz respeito à característica abrangente da gestão ambiental que envolve a saúde pública e o planejamento territorial (PHILIPPI JR.; ROMÉRIO e BRUNA, 2004).

Margarido (2012) destaca que o Programa de Segurança Ambiental, previsto pelo Decreto Federal 6.515 de 22 de julho de 2008, que institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental denominados Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques, e dá outras providências reflete o anseio de servidores policiais militares, principalmente ambientais, que pensam na possibilidade de empregar seus conhecimentos técnico-profissionais, em outros biomas brasileiros, em cooperação com outros órgãos ambientais federais e estaduais, no intuito de compartilhar novos horizontes com outras realidades da área ambiental. Este fato pode estar adstrito à dificuldade de se empregar tal modalidade de policiamento ostensivo preventivo em seu próprio Estado.

O Programa foi criado com o objetivo de desenvolver ações de cooperação federativa na área ambiental e não uma ação isolada de intervenção federal, o que não convém em um contexto de Unidade Federativa como é nossa estrutura político administrativa brasileira. Tanto que para a execução do Programa a União, por meio dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, celebrará convênios com os Estados e o Distrito Federal, inclusive com a previsão de repasse de recursos. No mesmo sentido, de acordo com o artigo 2º, o Programa deveria ser orientado pelos seguintes princípios e diretrizes:

- I - Cooperação ambiental;
- II - solidariedade federativa;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção de áreas ameaçadas de degradação e de espaços territoriais a serem protegidos e seus componentes;
- V - prevenção contra crimes e infrações ambientais;

VI - emprego de técnicas adequadas à preservação ambiental;

VII - qualificação especial para gestão de conflitos.

Com relação à capacitação dos efetivos pode-se dizer que a cooperação, a solidariedade, o ensino de técnicas ambientais e qualificação especial para a gestão de conflitos foi alcançado com excelência. Para se ter uma ideia, até os auditórios do IBAMA e da Agência Nacional de Águas bem como o Batalhão de Polícia Ambiental do Estado do Pará serviram de palco para as capacitações em comento, consolidando assim tais princípios e diretrizes (MARGARIDO, 2012).

No contexto de políticas públicas, conceitua-se gestão ambiental como o ato de administrar, de dirigir ou reger os ecossistemas naturais e sociais em que se insere o ser homem, individual e socialmente, em um processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos, tendo como finalidade última estabelecer, recuperar ou manter o equilíbrio entre a natureza e o homem (PHILIPPI JR.; ROMÉRIO e BRUNA, 2004).

### **3.5 Polícia Ambiental**

A legitimidade da Polícia Militar em exercer a fiscalização ambiental não se encontra apenas na Constituição Federal, também se tem este alicerce no artigo 2º do Decreto n. 88.777/83, conhecido como R-200, que regulamenta o Decreto - Lei n. 667/69 e que aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares.

O Policiamento Ostensivo - Ação Policial, exclusiva das Polícias Militares cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública. São tipos desse policiamento, a cargo das Polícias Militares ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, os seguintes:

- Ostensivo geral, urbano e rural;
- de trânsito;
- florestal e de mananciais;
- rodoviária e ferroviária, nas estradas estaduais;
- portuário;

- fluvial e lacustre;
- de radiopatrulha terrestre e aérea;
- de segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;
- outros, fixados em legislação da Unidade Federativa, ouvidos o Estado - Maior do Exército através da Inspetoria - Geral das Polícias Militares.

Em 1998 foi sancionada à Lei 9605/98, conhecida como Código Florestal, que nos mostra as ações e omissões que infringem a tutela ambiental, pode ser considerada como um marco histórico e moderno, pois possibilita levar a responsabilidade nas esferas penal, administrativa e civil, seja pessoa jurídica ou física, autora ou coautora.

A Lei n. 9.605 contém seis seções com os crimes contra o meio ambiente. São eles: crimes contra a fauna, crimes contra a flora, da poluição e outros crimes ambientais, dos crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural, dos crimes contra a administração ambiental e as infrações administrativas.

Ainda como atributo da Polícia Ambiental pode-se definir projetos sobre educação ambiental, visando sempre uma sociedade mais consciente, sendo um trabalho preventivo, tentando evitar que a polícia utilize seu policiamento ostensivo.

A educação ambiental tem sua importância claramente expressa na Lei 9.638/81:

“Art. 2º, X – educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.”

E também na CF/88:

“Art. 225, VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.”

Nesta senda, infere-se que a legitimidade da Polícia Militar para atuar na defesa e preservação do meio ambiente encontra respaldo constitucional tanto no artigo 225 quanto no artigo 144, § 5º, em que está expressa sua competência para preservar a ordem pública e exercer a polícia ostensiva.

Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e para a incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: (...); V – polícias militares (...); § 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (...).

Conforme Mele (2008), ordem pública salienta a necessidade de preservação do bem comum, da paz, da saúde. De acordo com o autor para se conceituar ordem pública ambiental, buscou-se a fusão do conceito de ordem pública com os elementos do entendimento de uma ordem ambiental.

Ao considerar a ordem pública ambiental como derivada da ordem pública, Mele (2008) conclui que “cabe às polícias militares as atividades de prevenção e repressão imediata dos delitos contra o meio ambiente, da mesma forma como o faz com os delitos contra a pessoa e o patrimônio”.

Dos 27 estados brasileiros, 26 possuem unidades da Polícia Militar Ambiental, somando um efetivo de quase 10.000 homens, que garantem a segurança da biodiversidade da nação. Sempre conscientes das responsabilidades que possuem, as Polícias Militares Ambientais atuam na preservação e conservação ecológica através de ações de fiscalização e controle nas áreas de mineração, poluição, queimadas, caça e pescas ilegais. Operam também programas na área de educação ambiental (<http://www.agazetanews.com.br/imprimir/76818>).

A maior parte das riquezas naturais brasileiras está em áreas privadas, portanto, os esforços de fiscalização são mais focados nesses locais onde, geralmente, existem poucas unidades de conservação. Procurando o melhor resultado possível em suas ações, as Polícias Militares Ambientais trabalham de forma integrada com o IBAMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, Universidades, ONG's e outras instituições. Através dessas parcerias é que se torna possível obter uma ação eficaz de fiscalização e preservação (<http://www.bastosja.com.br/noticias/ver/noticia/9239/>).

### **3.5.1 Poder de Polícia Ambiental**

A conceituação do Poder de Polícia Ambiental exige necessariamente o adequado entendimento da conceituação de Poder de Polícia desenvolvido pelo Direito Administrativo.

O poder de polícia, conforme ensina Edis Milaré, vem evoluindo através das práticas do Direito no decorrer da história, sob a influência da transição do Estado liberal para o Estado do bem estar social. Da polícia geral passou-se às polícias especiais, cuja atribuição peculiar é cuidar da elaboração e aplicação das normas que regulam determinados negócios do Estado e interesses da comunidade (COSTA, 2010).

O artigo 78 do Código Tributário Nacional traz a definição legal do que seja Poder de Polícia ao dispor: Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Hely Lopes Meirelles define o poder de polícia como a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. O conceito trazido pelos autores refere-se ao poder de polícia como mecanismo utilizado pela Administração Pública para frear o abuso de direitos individuais cometidos pelo cidadão.

Para Celso Antonio Bandeira de Mello a expressão poder de polícia pode ser tomada em sentido mais restrito, relacionando-se unicamente com as intervenções, quer gerais e abstratas, como regulamentos, quer concretas e específicas (tais as autorizações, as licenças, as injunções), do Poder Executivo destinadas a alcançar o mesmo fim de prevenir e obstar ao desenvolvimento de atividades particulares contrastantes com os interesses sociais. Esta acepção mais limitada responde à noção de polícia administrativa. Dos conceitos expostos, temos que, três são os atributos do Poder de Polícia Administrativo, quais sejam: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade (COSTA, 2010).

No tocante ao direito ambiental, Machado (1999) define Poder de Polícia Ambiental como a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina o direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato de interesse público concernente à saúde da população, à conservação dos ecossistemas, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades



econômicas ou de outras atividades dependentes de concessão, autorização/ permissão ou licença do Poder Público de cujas atividades possam decorrer poluição ou agressão à natureza.

Vale destacar que o Poder de Polícia Ambiental instrumentaliza-se, por meio do auto de infração, com a imposição das medidas elencadas no artigo 3º do Decreto 6.514/2008: advertência, multa, apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração, destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades e restritiva de direitos (COSTA, 2010).

Percebe-se então, como afirma Cristiane Derani que o exercício do Poder Público manifesta-se, sobretudo, na participação nas atividades sociais, resguardando-as da ambição individual. Como Poder Público, a finalidade do Estado não é apenas a de assegurar a liberdade individual e a proteção da propriedade privada, porém, através desta unificação, permitir que o indivíduo consiga obter um tipo de existência que ele isoladamente jamais alcançaria. A prática deste poder impõe-se como um dever do Estado, por isso sua característica de um dever que se reveste em poder. Desse modo, fundamental a lembrança do princípio da cooperação.

Para Maria Luiza Granziera, cooperar é agir conjuntamente, somar esforços. Na luta contra a poluição e a degradação do meio ambiente, e considerando que, por sua natureza, os recursos naturais não se submetem necessariamente às fronteiras políticas, cabe aos Estados que os compartilham atuar de forma ordenada, mesmo no que se refere às ações internas, para evitar a ocorrência de danos, assim como para racionalizar as medidas de proteção que se fizerem necessárias (COSTA, 2010).

Pode-se conceituar poder de polícia ambiental como atribuições que são conferidas a Administração Pública, de forma que se limita e disciplina ato ou omissão diversa do interesse público, evitando-se assim, a degradação do meio ambiente, através da prevenção ou da reparação do dano.

Segundo Paulo Afonso de Leme Machado, poder de polícia ambiental é a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direito, interesse ou

liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato em razão de interesse público concernente à saúde da população, à conservação dos ecossistemas, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício da atividade econômica ou de outras atividades dependentes de concessão, autorização/permissão ou licença do Poder Público de cujas atividades possam decorrer poluição ou agressão à natureza.

Nos dizeres de Meirelles (2005), atuando a polícia administrativa de maneira preferentemente preventiva, ela age através de ordens e proibições, mas, e, sobretudo, por meio de normas limitadoras e sancionadoras de conduta daqueles que utilizam bens ou exercem atividades que possam afetar a coletividade, estabelecendo as denominadas limitações administrativas. Importante salientar, que este poder tem como finalidade resguardar os bens ambientais.

São características deste poder de polícia: a discricionariedade, que é a liberdade atribuída ao administrador público, de forma com que este aja de acordo com a lei, nos casos práticos que a lei não previu; a autoexecutoriedade, que é a possibilidade que a Administração Pública tem, com os próprios meios, de se executar decisões, sem que seja preciso recorrer ao Judiciário; e a coercibilidade, que é a imposição coativa de todas as medidas que são adotadas pela Administração Pública, não sendo, portanto, uma faculdade para o particular, mas sim, uma obrigação (<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,apontamentos-sobre-o-poder-de-policia-e-seus-atributos,41945.html>).

A competência para o exercício deste poder de polícia ambiental está na Constituição Federal e segue a competência legislativa, que segundo o artigo 23, VI, VII e VIII são a União, os Estados e o Distrito Federal; e ainda, conforme dispõe o artigo 30 da mesma Carta, os Municípios, que possuem competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber. No artigo 24, VI e VII da mesma Carta, dispõe sobre os entes federativos: União, Estados e Municípios, que tem competência comum para o exercício do poder de polícia ambiental.

O Decreto 6.514 de 2008 dispõe sobre sanções administrativas. O artigo 5º do referido decreto, traz a sanção de advertência, que será aplicada mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas que tem menor lesividade ao meio ambiente, com ampla defesa e contraditório garantidos. As infrações de menor lesividade são aquelas em que a multa máxima cominada não

ultrapassa o valor de mil reais, ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido.

É importante salientar que a sanção de advertência não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções, vedando-se a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

A Lei 9.605/1998 prevê a multa simples e a estabelece para o agente que, por negligência ou dolo, não sanar as irregularidades no prazo consignado na advertência ou opuser embaraço a fiscalização. No Decreto 6.514 não apresenta aplicabilidade diversa, permanecendo o disposto na Lei 9.605, e de acordo com o artigo 139, a autoridade ambiental pode converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

A multa diária, só é aplicada quando há a infração que é cometida é prolongada no tempo, e seguem-se os critérios do artigo 9º, do Decreto 6.514. Entretanto, a multa diária deixa de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresenta ao órgão ambiental os documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.

Com relação à reincidência infracional punida com multa, o Decreto 6.514/08 impõe a triplicação do valor da multa caso a reincidência seja específica, e a duplicação quando genérica.

Todas estas multas têm como destino o Fundo Nacional do Meio Ambiente, na porcentagem de vinte por cento dos valores arrecadados em pagamento de multas aplicadas pela União, podendo o referido percentual ser alterado, a critério dos órgãos arrecadadores.

O Decreto possui ainda seção para autuação, instrução e julgamento e dos procedimentos relativos à destinação dos bens e animais apreendidos (<http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp>).

As sanções de destruição ou inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas, demolição de obra e suspensão parcial ou total das atividades serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às determinações legais ou regulamentares.

Ainda traz o decreto, sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas, sendo: suspensão de registro, licença ou autorização;

cancelamento de registro, licença ou autorização; perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais; perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e proibição de contratar com a administração pública. Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração. (<http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp>).

### **3.6 Polícia Militar Ambiental no Brasil**

Como uma forma de amostragem, por meio dos textos a seguir será possível conhecer mais detalhadamente o trabalho da PMA de alguns estados, o tema foi estudado detalhadamente por vários autores: PMASP (<http://www3.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/cpamb/>, 2014); PMARJ (<http://www.pmerj.rj.gov.br/cpam/>, 2014); PMADF (DALLAGO, 2013); PMASC (BENDER e RAMBUSCH, 2011); PMABA (CARVALHO, 2013); PMAAC (<http://companhia-ambiental-ac.blogspot.com.br/>, 2014). Esclarecimentos sobre a PMAPB do estado da Paraíba foram obtidos por meio de comunicação pessoal.

#### **3.6.1 Polícia Militar Ambiental de São Paulo (PMASP)**

A PMSP na década de 40 já se preocupava com as florestas paulistas, com sua conservação e preservação. Foi criada então em 14 de Dezembro de 1949, pela força pública do estado, uma iniciativa visionária para a época, uma nova modalidade de policiamento - a qual era chefiada pelo jovem Ten. Odilon Espindola Neto, com mais 28 homens - seria a responsável pela proteção do Meio Ambiente junto às florestas paulistas, criando assim a primeira polícia especializada em meio ambiente da América Latina.

Com o passar dos anos, essa atividade foi se tornando cada vez mais indispensável, demonstrando a sua importância em existir, e na constante ampliação de sua atuação, passou a ser chamada de Polícia Florestal e de Mananciais. O que se reduzia há pouco mais de 25 pessoas em 1949, hoje se apresenta com pouco mais que 2000 homens distribuídos pelo Estado de São Paulo. O CPamb tem como comandante o Cel. PM Renato Cerqueira Campos. Sua ação e eficiência aumentaram em muito, com novos conceitos e tecnologias, criando novas

perspectivas de atuação, ao ponto que em 2001 houve uma nova adequação de seu nome, passando a se chamar: Polícia Militar Ambiental. O Brasão da Polícia Militar Ambiental de São Paulo está destacado na Figura 1.

Figura 1 – Brasão da Polícia Militar Ambiental de São Paulo.



Fonte: <http://blogambiente.sp.gov.br/> (2013).

Além das fiscalizações rotineiras que são exercidas, a PMASP, se destaca no quesito Educação Ambiental (EA), com o Programa Espiral da Sustentabilidade (Figura 2).

Figura 2 – Programa Espiral da Sustentabilidade.



Fonte: <http://www3.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/cpamb/index.php/educacao-ambiental> (2013).

Este programa está entre as diversas ações que fazem parte do Programa de Recuperação da Serra do Mar, foi criado pelo CPAmb da Polícia Militar do Estado de São Paulo, voltado especificamente para turmas de 4ª série/ 5º ano do ensino fundamental das escolas públicas e privadas de 23 municípios selecionados. A meta é alcançar 30 mil alunos.

Tem como base uma ideia-força: “Cuidar e proteger para uma vida sustentável”. Foram selecionados conceitos e desenvolvidos materiais didáticos para apoiar os Policiais Militares a realizar atividades de educação ambiental nas escolas. O Programa Espiral da Sustentabilidade é composto por uma sequência de

atividades lúdicas que envolvem a reflexão sobre e cuidado com o meio ambiente em diversos níveis e o consumo sustentável.

A educação ambiental, é uma ação de prevenção primária, traz a esperança de estarmos formando cidadãos mais conscientes, que conseguem se perceber como habitantes de um planeta que precisa de cuidado e proteção. O programa é desenvolvido da seguinte forma:

As sessões, com duração de 1 hora e 40 minutos cada uma, são acompanhadas por um professor responsável pela sala, e estão assim compostas:

### **SESSÃO 1:**

- Narrativa para despertar o interesse.
- Desenvolvimento dos conceitos da ideia-força: CUIDAR e PROTEGER.
- Desenvolvimento de conceito de consumo sustentável.
- Desenvolvimento de conceito da ESPIRAL DAS CASAS.
- Fixação dos conceitos trabalhados.

As atividades são realizadas pelos Policiais com apoio de recursos didáticos especialmente criados ou escolhidos para o Programa. Envolvem história, música, jogo e filme de animação. Ao final da sessão, os alunos receberão um *kit* de lembrança do evento.

**SESSÃO 2:** (Esta sessão é opcional e só pode acontecer após a realização da Sessão 1)

- Jogo: “Trilha da mata” é um jogo colaborativo no qual uma dupla de policiais da Polícia Militar Ambiental percorre uma trilha na Serra do Mar e tem que superar diversos desafios. Os desafios são casos criados a partir das vivências cotidianas dos próprios policiais.

Na Figura 3 está ilustrada a ação da PMASP em apreensões devido a atividades ilegais de caça e pesca e cativeiros clandestinos de aves.

Figura 3 – PMASP em apreensões devido a atividades ilegais de caça e pesca e cativeiros clandestinos de aves.



Fonte: <http://blogambiente.sp.gov.br/> (2008/2011).

### **3.6.2 Polícia Militar Ambiental do Rio de Janeiro (PMARJ)**

O Comando de Polícia Ambiental (CPAmb) foi criado através do Decreto n. 43.641 de 15 de junho de 2012, com a finalidade de ampliar as atividades desenvolvidas pelo Batalhão de Polícia Florestal e de Meio Ambiente (BPFMA), Batalhão este, que fora fundado através do Decreto Estadual n. 9520, de 15 de dezembro de 1986, com a denominação de 23º Batalhão de Polícia Militar, tendo recebido a nomenclatura de BPFMA somente em 25 de setembro de 1987, através Decreto Estadual n. 10376, que ampliou sua área de atuação, que passou então a abranger todo território do Estado do Rio de Janeiro.

O CPAmb possibilita a otimização da prevenção e combate aos crimes ambientais, da preservação do meio ambiente, bem como das atividades de conscientização e educação ambiental através de ações sociais, como palestras voltadas para alunos de diversas escolas públicas e privadas de todo o estado. O CPAmb contou inicialmente com seis UPAmb (Unidade de Polícia Ambiental), a saber: Pedra Branca, Tiririca, Desengano, Três Picos, Parati e Ilha Grande, contando ainda com a UPAmb Móvel que possibilita a continuidade ao combate a todas as modalidades de crimes ambientais fora das Unidades de Conservação.

O Comando de Polícia Ambiental é responsável pela execução do policiamento ambiental, bem como, pela proteção dos demais recursos naturais e de preservação do meio ambiente no território do Estado, que em muitas ocasiões serão desenvolvidas em parceria com órgãos Federais, Estaduais e Municipais, como: o INEA, IBAMA, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, a CECA, o Instituto Estadual de Florestas, a Delegacia Federal e Estadual de Proteção ao Meio Ambiente, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, o Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro, o Departamento Nacional de Produção Mineral, o Ministério Público Estadual e Federal e Secretarias de Meio Ambiente dos Municípios de todo o Estado do Rio de Janeiro.

A instalação das UPAmb dentro dos Parques e Reservas Ambientais Estaduais representa um marco para a população do Estado do Rio de Janeiro, já que permite a preservação contínua dessas áreas através do seu domínio territorial permanente. Os militares lotados nestas UPAmb são gratificados como forma de

estímulo profissional, cujos valores coincidem com aqueles percebidos pelos policiais das Unidades de Polícia Pacificadora.

A melhor aplicação do efetivo com a redução de policiais militares na atividade administrativa, e o consequente aumento de policiais no serviço externo, bem como a previsão de investimentos em equipamentos e o treinamento do homem, além do fortalecimento da integração com a Secretaria do Meio Ambiente é o resultado desse importante projeto que traduz a verdadeira preocupação e o esforço do governo do Estado com as questões relacionadas com o Meio Ambiente. Na Figura 4 está ilustrado o Brasão do Comando de Policiamento Ambiental – RJ.

Figura 4 – Brasão do Comando de Policiamento Ambiental – RJ.



Fonte: [www.policiamilitar.rj.gov.br/news\\_full.php?ver=672](http://www.policiamilitar.rj.gov.br/news_full.php?ver=672) (2014).

Na Figura 5 está ilustrada a ação da PMARJ por maus tratos a animais domésticos e desmatamento de áreas verdes no estado do Rio de Janeiro.

Figura 5 – Atuação da PMARJ em dois casos: (a) Maus tratos a animais domésticos;  
(b) Desmatamento de áreas verdes.



(a)



(b)

Fonte: [www.pmerj.rj.gov.br/cpam/](http://www.pmerj.rj.gov.br/cpam/) (2014).



### 3.6.3 Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal (PMADF)

O Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) da Polícia Militar do Distrito Federal é uma unidade subordinada ao CME (Comando de Missões Especiais). A Unidade foi criada através do decreto n. 11.124 de 10 de Junho de 1988, sendo denominada Companhia de Polícia Militar Florestal. Em 2010, com a edição do Decreto n. 31.793, criou-se na estrutura da PMDF o Batalhão de Polícia Militar Ambiental.

O Batalhão Ambiental tem como função, executar o policiamento ostensivo florestal, lacustre, fluvial e de mananciais em todo o Distrito Federal; e outras unidades da federação mediante convênio, com vistas à conservação da biodiversidade e garantia da qualidade de vida em todas as suas formas.

As ações específicas do Batalhão Ambiental são desenvolvidas através da Educação Ambiental, bem como da proteção direta à fauna, flora e recursos hídricos diante das atividades, não autorizadas, capazes de causar dano ambiental.

O BPMA completa no ano de 2014, 26 anos de atividades voltadas à segurança pública e proteção ambiental da Capital da República.

Na Figura 6 está ilustrado o Brasão do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal.

Figura 6 – Brasão do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal.



Fonte: <http://bpmapmdf.blogspot.com.br/2012/07/batalhao-de-policia-militar-ambiental.html> (2012).

A atuação preventiva da Polícia Militar Ambiental no que tange à fiscalização ambiental corrobora, aliada a outros instrumentos jurídicos como a educação ambiental, para a redução da incidência de crimes ambientais no Distrito Federal, em virtude do agente público militar não atuar somente na iminência ou no decurso de um crime ambiental, mas agirá cautelarmente à remoção de estruturas da flora e

na agressão à fauna, verificando as licenças, permissões e autorizações necessárias.

Sobremaneira, os atendimentos aos resgates de animais silvestres ponderam a atuação preventiva em relação aos crimes ambientais, influenciando, de certa forma, o policiamento ambiental e a fiscalização ambiental a serem deixados de lado, em virtude da necessidade de deslocamento de recursos humanos e materiais para executar o trabalho que no estado de São Paulo, por exemplo, é desempenhado pelo Corpo de Bombeiros Militar, com a devida proteção e utilização de equipamentos de proteção individual.

Na Figura 7 pode ser observado o resgate de lobo-guará fêmea, no Distrito Federal.

Figura 7 - Resgate de lobo-guará fêmea – DF.



Fonte:

[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/06/26/interna\\_cidadesdf,309205/loba-guara-e-capturada-em-estacionamento-da-quadra-1-105-no-cruzeiro-novo.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/06/26/interna_cidadesdf,309205/loba-guara-e-capturada-em-estacionamento-da-quadra-1-105-no-cruzeiro-novo.shtml) (2012).

#### 3.6.4 Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina (PMASC)

A Polícia Florestal do Estado de Santa Catarina surgiu pela primeira vez em 17 de Dezembro de 1962, tendo sua sede na cidade de Curitiba. Em 1979 foi extinta, ressurgindo em 1983 com atribuição de policiamento de mananciais e florestais, sob responsabilidade da Polícia Militar de Santa Catarina.

Em Santa Catarina, verifica-se que a Constituição do Estado de 1989 prescreve em seu artigo 107, alíneas “d” e “g”, que compete à Polícia Militar exercer a polícia ostensiva relacionada com “a guarda e a fiscalização das florestas e dos mananciais” e com “a proteção do meio ambiente”.

Ocorre que o constituinte estadual não se limitou a definir as atribuições da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). Foi além e impôs expressamente ao Estado, no artigo 182, § 2º, da Constituição Catarinense de 1989, a obrigação de

criar um órgão especial de polícia florestal, dentro da PMSC, destinado a exercer a polícia ostensiva relacionada com a proteção do meio ambiente e com a guarda e fiscalização das florestas e mananciais do território catarinense.

Com o objetivo de atender tal exigência constitucional, em 23 de julho de 1990, a Lei n. 8039/90 criou, dentro da estrutura da PMSC, a Companhia de Polícia Florestal, que, após passar por algumas reestruturações, atualmente denomina-se Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA). Com isso foi propiciada a gestão integrada das ações dentro da PMSC, voltadas à proteção das florestas, também objeto de tutela constitucional por parte da Corporação.

O Batalhão de Polícia Militar Ambiental possui sete Companhias, distribuídas estrategicamente em todas as regiões do Estado, com intuito de prestar segurança de qualidade ao cidadão Catarinense. Na Figura 8 está exposto o Brasão da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina.

Figura 8 – Brasão da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina.



Fonte: <http://www.ciclismosc.com.br/site/index.php/site/noticia/91> (2013).

Entre todas as atribuições que a Polícia Ambiental exerce, em Santa Catarina podemos destacar a importância da Perícia Ambiental. Embora no sistema processual brasileiro tenha sido adotado o princípio do livre convencimento do julgador, ou seja, o juiz possui outros meios para convencer-se da verdade real e fundamentar sua decisão (MIRABETE, 2003).

Embora seja considerada prescindível, a prova pericial constitui importante meio probatório e elucidador da infração analisada. Afinal, a ausência do exame pericial pode gerar dúvidas sobre a ocorrência e a extensão da infração ambiental e, neste caso, acarretar o arquivamento do termo circunstanciado ou do inquérito policial ou, então, a absolvição do infrator no processo penal.

Para exemplificar tal circunstância, podemos citar julgamento da Apelação Criminal n. 2010.068350-6, da comarca de São João Batista, proferido pelo Tribunal

de Justiça catarinense e publicado em 14 de junho de 2011, cuja ementa tem o seguinte teor:

Apelação criminal - crime contra o meio ambiente - destruição de floresta em área de preservação permanente (Lei n. 9.605/98, art. 38, *caput*) – [...] **materialidade inexistente ausência de laudo pericial subscrito por profissional habilitado - dúvidas quanto à supressão de vegetação de preservação permanente** - elementar não delimitada por outros meios de prova **absolvição imposta**.

Neste caso, o réu apresentou recurso pleiteando sua absolvição, em razão da ausência de exame pericial para comprovar que a vegetação por ele suprimida integrava o rol das consideradas de preservação permanente, e obteve o deferimento.

De nada adianta mobilizar o efetivo policial para fiscalizar o cumprimento das leis ambientais e proteger o meio ambiente de ações nocivas e devastadores se o instrumento destinado a responsabilizar os infratores for falho e não contemplar o exame pericial para atestar a materialidade do delito ambiental.

Fica fácil perceber que se não houver perícia nos autos de apuração ou na ação penal criminal para caracterizar a materialidade da infração ambiental que deixa vestígio, possivelmente não haverá condenação e responsabilização do infrator, o que, vale frisar, torna o serviço policial deficiente, sobrecarrega a máquina judicial e, também, dissemina a sensação de impunidade daqueles que atentam contra o meio ambiente.

### **3.6.5 Polícia Militar Ambiental da Bahia (PMABA)**

No Estado da Bahia, a Lei Estadual n. 3.406, dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado prevendo a criação da Companhia de Polícia Florestal (Cia. PFlo) na estrutura organizacional da Polícia Militar. Quatro anos depois, no dia 8 de agosto de 1979, e criada, de fato, a Companhia de Polícia Florestal (Cia PFlo), através do Decreto Estadual n. 26.830. Posteriormente, teve sua denominação modificada para Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (COPPA).

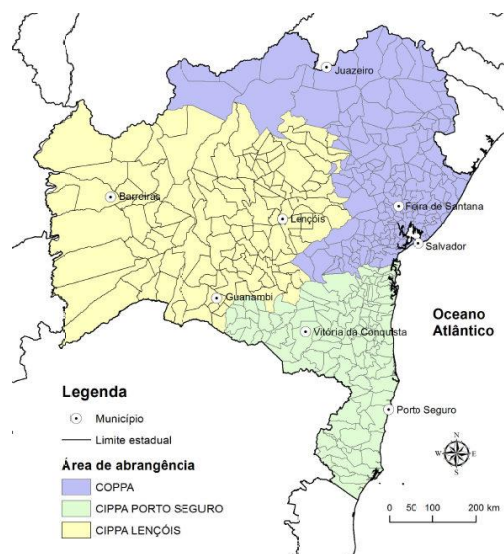
A atribuição da Polícia Militar de desenvolver o policiamento florestal, de mananciais, fluvial e lacustre passou a ser realizada exclusivamente pela COPPA.

Em um Estado com as dimensões territoriais como a Bahia, com sede administrativa em Salvador e pouco mais de 100 policiais militares, obviamente, tal atribuição seria realizada superficialmente. Situação agravada com a evolução da legislação de proteção ambiental.

Diversos estudos foram desenvolvidos para melhorar o policiamento ambiental desenvolvido pela Polícia Militar, todavia, o que foi concretizado, trinta anos após a concepção da CiaPFlo, foi a criação de mais duas Unidades da Polícia Militar para realizar o policiamento ambiental, desta vez, denominadas de Companhias Independentes de Policiamento de Proteção Ambiental (CIPPA), com sede nas cidades de Lençóis e Porto Seguro, denominadas CIPPA - Lençóis e CIPPA - Porto Seguro, respectivamente.

Com a distribuição territorial a COPPA ficou responsável por 138 municípios, com aproximadamente 4.302.354 habitantes, tendo apenas duas bases, uma em Salvador e outra na Ilha de Itaparica, a CIPPA, sediada na cidade de Lençóis, responsável por 135 municípios, aproximadamente 2.856.531 habitantes, com todo o seu pessoal lotado na Sede, e a CIPPA - Porto Seguro, responsável por 144 municípios e, aproximadamente, 3.982.889 habitantes, tendo, além da Sede, um pelotão e na cidade de Ilhéus, como podemos verificar na Figura 9.

Figura 9 - Mapa da área de responsabilidades das UPAm da Polícia Militar da Bahia.



Fonte: [http://www.territoriosdabahia.org.br/index.php?pagina=p\\_institucional](http://www.territoriosdabahia.org.br/index.php?pagina=p_institucional). (2013).

Durante pesquisa, ficou claro mais uma vez a importância da Educação Ambiental realizada pela Polícia Militar Ambiental. A COPPA além de realizar o policiamento ostensivo, busca na educação ambiental seu carro chefe, a EA passou a ser percebida como importante instrumento para o sucesso do policiamento ambiental, considerando que prevenir o crime ambiental e impedir o dano ambiental, ação muito mais eficiente do que recuperar esse dano, haja vista a dificuldade em retornar o ambiente danificado à situação original.

A COPPA passou então, a desenvolver diversas ações de educação ambiental não formal, como palestras, visitas monitoradas de estudantes, exposições e trilhas educativas (Figura 10).

Figura 10 - Atividade de EA, Ecotrilha, realizada pela COPPA no Parque Metropolitano de Pituaçu, outubro de 2009.



Fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia (2009).

### 3.6.6 Polícia Militar Ambiental do Acre (PMAAC)

Legalmente criado em 1994, pelo Decreto Estadual n. 720, cabia ao Pelotão Florestal à função de executar o policiamento ostensivo contra a caça e a pesca ilegais, a derrubada indevida e a poluição em toda a extensão territorial do Acre, com sede em Rio Branco e efetivo de 100 policiais. Apesar da criação na data do Decreto, só foi implantado em Junho de 1997, com apoio do IMAC e verbas do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), mantido pelo grupo dos sete países mais industrializados.

Inicialmente fazia parte da estrutura do BOPE como o Pelotão Florestal, porém no ano de 2009 foi elevada a categoria de Companhia de Policiamento Ambiental, sendo desvinculado do BOPE através da Portaria n. 425/DRHM, datada de 05 de Agosto de 2010, e passou a adotar o nome de COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTO AMBIENTAL - CIPA/ PM, ficando



subordinado diretamente ao Subcomandante da PMAC, juntamente como BOPE e CIATRAN. Na Figura 11 está ilustrado o Brasão CIPA.

Figura 11 – Brasão CIPA.



Fonte:

<http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/policia+militar/portal+policia+militar/principal/noticias/8ef594004362cbe6ba7cfa8ff5959235> (2014).

Com o objetivo de prestar mais um serviço especializado a população acreana, desta vez, na área do Meio Ambiente, desenvolvendo atividades de Fiscalização e Educação Ambiental, em parceria com Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, como o IBAMA, o IMAC e a SEMEIA; realiza o policiamento ambiental em todo Estado do Acre; atende denúncias; participa de seminários; vistoria áreas degradadas; realiza barreiras em estradas; fiscaliza os rios; principalmente, na época das piracemas (desova) dos peixes; participa das campanhas educativas, visita escolas, ou seja, desenvolve todas as atividades que são necessárias para a fiscalização ambiental.

As missões são variadas, e vão desde o abate de equinos até o apoio a vigilância sanitária, sendo que as mais comuns são as vistorias ambientais a pedido do ministério Público Estadual e órgãos como, IMAC, SEMA e SEF.

Atualmente a CPAmb, mesmo não tendo convênios formais, com exceção do IBAMA, trabalha em parceria com os mais diversos órgãos ambientais, tais como MPE, SEMA, IMAC, SEMEIA, IBAMA, MAPA, PGE, PARQUE CHICO MENDES, ONGs, Projetos Ambientais.

Para que a CIPA desempenhasse suas funções com a satisfação do dever cumprido era necessário que esta fosse mais assistida, o que hoje passa a ser uma realidade, pois no ano de 2010 foi fechado um Acordo de Cooperação IBAMA/PMAC, onde foram entregues quatro viaturas equipadas exclusivamente para o trabalho de fiscalização e monitoramento ambiental. Além disso, está em fase de conclusão a construção do quartel da CIPA, fruto de projeto junto ao BID com

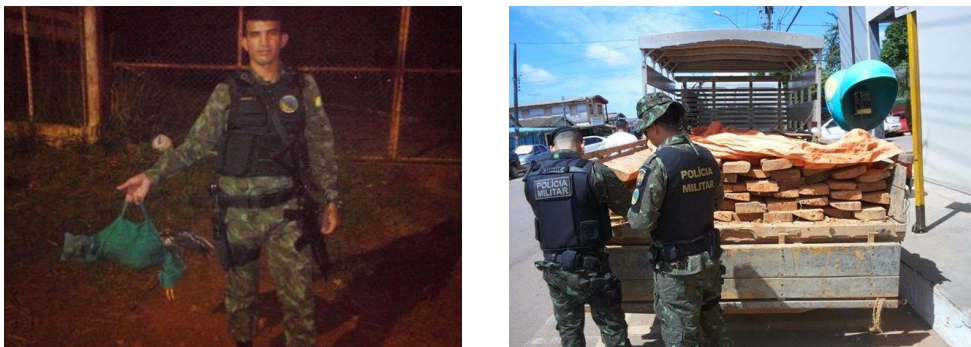
contrapartida do Governo do Estado, e com isso uma promessa de aumento do efetivo.

A Companhia Independente de Policiamento Ambiental (CIPA) tem como missão fiscalizar e coibir atos que venham a degradar a flora, a fauna silvestre e aquática, assim como o sossego público coibindo abusos provocados pela poluição sonora. Além de desenvolver ações que se destinem à preservação dos recursos florestais e demais formas de vegetação, através do policiamento ostensivo sem prejuízo do trabalho desenvolvido pelos outros órgãos ambientais do Estado.

Conta atualmente com um efetivo de 32 policiais militares, nas mais diversas formações acadêmicas, ou cursando nível superior. Alguns com mais de uma formação. Vários destes policiais possuem título de especialização, e uma policial militar com mestrado em Ecologia. Além da formação acadêmica, 90% do efetivo têm algum curso na área ambiental.

O estado do Acre está passando por um processo de desenvolvimento em ritmo acelerado, intensificado ao longo das últimas três décadas, o qual tem contribuído para o surgimento de uma série de problemas ambientais, dentre os quais destacamos os desmatamentos de Áreas de Preservação Permanente e de Proteção Ambiental, queimadas urbanas e rurais, disposição inadequada de resíduos sólidos, lançamento de esgotos e efluentes em cursos d'água. Na Figura 12 está destacada a ação PMAAC em rinha de galo e transporte ilegal de madeira.

Figura 12 - Estouro de rinha de galo e transporte ilegal de madeira.



Fonte: <http://companhia-ambiental-ac.blogspot.com.br> (2014).



### 3.6.7 Polícia Militar Ambiental da Paraíba (PMAPB)

Presente no estado da Paraíba há quase 20 anos, o BPAmb tem sua sede na capital João Pessoa, mais precisamente localizado no Jardim Botânico Benjamim Maranhão desde o ano de 2000. Tem sob seu comando o Major Tibério Pereira.

A Polícia Ambiental é uma especialidade de policiamento da PMPB, ela realiza atividade ostensiva de caráter preventivo e repressivo, com apoio de denúncias da sociedade. As investigações ficam a cargo da Polícia Civil.

O objetivo é combater todas as formas de crime ambiental, inclusive a poluição sonora. A base policial atua em parceria com a SUDEMA, IBAMA, SESUMA.

O Batalhão de Polícia Ambiental da Paraíba (BPAmb) realizou, nos primeiros quatro meses deste ano, 489 autuações em todo Estado. O número representa um aumento de 2,73% das ocorrências com relação ao mesmo período de 2013, graças ao trabalho preventivo e fiscalizador da corporação. A maior parte desses crimes e infrações está concentrada nas regiões metropolitanas e suas cidades circunvizinhas, especialmente nas feiras livres. Cerca de 21,6% dos casos, são ilícitos contra a fauna, poluição sonora e falta de licença ambiental.

Em Campina Grande, foi inaugurado neste mês de Julho de 2014, o 1º Pelotão de Polícia Ambiental da cidade (Figura 13), comandado pelo Tenente Rodrigues. Em visita, e conversa com o tenente, o mesmo destacou que o pelotão trabalha também em parceria com os órgãos ambientais situados no município, ainda conta com denúncias de cidadãos. O maior índice de ocorrências se dá no combate a poluição sonora, com os famosos paredões de som, mas existe também certa ocorrência contra a fauna, flora.

Figura 13 – Inauguração do 1º Pelotão de Polícia Ambiental de Campina Grande - PB.



Fonte: <http://www.paraibaemqap.com.br>

Para combater os crimes ambientais e apoiar as ações ostensivas, o BPAmb também intensifica as atividades preventivas. Um desses exemplos é o trabalho de mobilização da população. Ele é feito a partir das faixas etárias mais jovens, com a realização de palestras educativas em escolas e eventos educacionais.

Outro fator importante é o planejamento da fiscalização em pontos mais críticos do Estado. O crime de tráfico de animais silvestres (Figura 14), por exemplo, se concentra especialmente em grandes feiras livres, onde há o comércio ilegal das espécies. Sabendo disso, o BPAmb promove periodicamente ações repressivas nesses locais, evitando a prática.

Figura 14 – (a) Apreensão de aves silvestres sendo comercializadas em João Pessoa; (b) Apreensão de pássaros aprisionados de forma irregular em Campina Grande.



(a)



(b)

Fonte: <http://paraibaemqap.com.br>

#### **4 METODOLOGIA DESENVOLVIDA**

A Metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi a pesquisa qualitativa, visto que está consubstanciada na relação dinâmica entre o mundo objetivo e a subjetividade e não permite a tradução numeral.

No que tange ao objetivo, trata-se de pesquisa exploratória, uma vez que a compreensão do tema proposto será realizada por intermédio de levantamentos bibliográficos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O Policiamento Ambiental em todo território brasileiro, ganhou seu respaldo com a CF/ 88, ficando claro que a Polícia Militar não pode se omitir desse dever.
- Leis Infraconstitucionais serviram de alicerce para nortear e consolidar a competência da Polícia Militar no combate aos crimes ambientais.
- A Polícia Militar Ambiental de São Paulo, por ser pioneira em toda América Latina, se mostra mais avançada na batalha pela preservação e conservação do meio ambiente, com programa de Educação Ambiental de grande valor.
- No Rio de Janeiro, encontram-se as UPAmb nos mesmos moldes das famosas UPP's, unidades de policiamento localizadas em parques ecológicos que sofrem com a ação do homem, visando assim uma possibilidade de maior eficácia no combate aos crimes ambientais.
- A pesquisa de campo realizada pelo autor da bibliografia pesquisada detalhou a participação da Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal na preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, com grande dificuldade em fiscalizar os crimes ambientais, devido ao alto índice de captura de animais silvestres nos centro urbanos.
- A análise das informações obtidas através das fontes de pesquisa permitiu entender que, a educação ambiental desenvolvida pela COPPA tem priorizado a realização de atividades nessa área em detrimento de projetos políticos pedagógicos da educação ambiental.
- A PMAAC, uma das mais novas unidades do Brasil, vem crescendo seu trabalho de forma acelerada, contando com a conscientização da população, e com parcerias oficiais e não oficiais com órgãos e entidades ligadas ao combate dos crimes ambientais.
- Na Paraíba, o maior combate é contra a poluição sonora, com pessoas que não respeitam o direito do próximo, “obrigando” a todos ouvirem e compartilharem da mesma música em altos níveis de decibéis, independentemente do horário. Ainda há combate a crimes contra a fauna e flora, principalmente nas feiras livres, com a comercialização de animais silvestres, em especial, aves.

- Em declaração do Tenente Tiago Lima, responsável pelo setor de estatística do BPAmb, também ficou claro que a maioria dos crimes cometidos, são realizados por autores que possuem conhecimento que estão cometendo crime ambiental, poucas são as vezes que há ocorrência com algum autor que desconhece a lei.
- A Educação Ambiental é de grande importância no trabalho da PMAmb, pode-se observar que em todos os estados avaliados esse fator sempre está presente, principalmente com ações em escolas, com crianças e jovens, já que é lá que é depositada a esperança de uma geração futura capaz de cuidar melhor de nosso Meio Ambiente.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 02 set. 1981. Seção 1. p. 16.509. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2014 e 15 jul. 2014

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição do Estado de Santa Catarina.** 05 de outubro de 1989. Disponível em: <[http://www.pge.sc.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&Itemid=163](http://www.pge.sc.gov.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=163)>. Acesso em: 14 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Apelação Criminal n. 2010.068350-6.** Apelante: Marcos Egídio de Azevedo. Apelado: Ministério Público de Santa Catarina. Relator: Des. Salete Silva Sommariva. Disponível em: <[www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

Ambiente Educação. **Educação Ambiental.** Disponível em: <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao\\_ambiental](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao_ambiental)>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BARBOSA, D. S. Apontamentos sobre o poder de polícia e seus atributos. Procuradora Federal lotada no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI/ Brasília – DF. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,apontamentos-sobre-o-poder-de-policia-e-seus-atributos,41945.html>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

Batalhão de Polícia Militar Ambiental (PMDF). Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalh%C3%A3o\\_de\\_Pol%C3%ADcia\\_Militar\\_Ambiental\\_%28PMDF%29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalh%C3%A3o_de_Pol%C3%ADcia_Militar_Ambiental_%28PMDF%29)>. Acesso em: 02 jun. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p., 1988.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

BUGLIONE, S. **As flores não resistem a canhões. O desafio de tutelar o meio ambiente.** Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 37, dez. 1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1686>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

CARVALHO, M. B. Educação Ambiental na Polícia Militar do Estado da Bahia: Percepção dos Policiais Militares da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental.

Comando de Policiamento Ambiental – Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Comando\\_de\\_Policiamento\\_Ambiental](http://pt.wikipedia.org/wiki/Comando_de_Policiamento_Ambiental)>. Acesso em: 15 jun. 2014.

COSTA, E. P. Poder de Polícia Ambiental e Administração Pública. Police Power Of Environmental And Public Administration. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**, n. 16, jul./dez. 2010.

CPAmb – Comando de Polícia Ambiental. Governo do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?pagina=182&idarea=2&id\\_dh=4984](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?pagina=182&idarea=2&id_dh=4984)>. Acesso em: 19 jul. 2014.

DALLAGO, R. M. A Fiscalização ambiental e o papel do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal.

Distrito Federal (Brasil). Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

Editores, 1999. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/prograd/cursos/direitodiurno/JUR1024BIB.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

FAGUNDES, V. J. **O atendimento de requisição do Ministério Público Estadual pela Polícia Militar de Meio Ambiente**. 2007, 174 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Centro de Pesquisa e Pós-graduação, Escola do Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

Histórico da CPBAMB. Governo do Estado do Acre. Polícia Militar Companhia Independente de Policiamento Ambiental – CIPA. Disponível em: <http://companhia-ambiental-ac.blogspot.com.br/p/historico-da-cpamb.html>. Acesso em: 08 jun. 2014.

MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 7ª ed. São Paulo: Malheiros.

MARGARIDO, F. P. Programa de Segurança Ambiental uma Realidade Baseada no Primeiro Curso de Guarda Ambiental Nacional e de Guarda-Parques. **Revista Ciência e Polícia/ Brasília**, v. 1, n. 1, nov. 2012.

MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 31ª ed. São Paulo: Malheiros.

MELE, J. L. **Ordem Pública Ambiental: A intervenção das polícias ostensiva - preventivas na salvaguarda do meio ambiente**. 2008, 186 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2008. Disponível em: <[http://biblioteca.unisantos.br/tede/tde\\_arquivos/1/TDE-2008-10-11T062029Z\\_154/Publico/Joao%20Leonardo%20Mele.pdf](http://biblioteca.unisantos.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2008-10-11T062029Z_154/Publico/Joao%20Leonardo%20Mele.pdf)>. Acesso em: 09 jul. 2014.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente – A gestão ambiental em foco**. 5ª ed. ref., at. e amp. São Paulo: RT, 1280 p., 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CONAMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano.cfm?codlegitipo=6>. Acesso em: 02 jul. 2014.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/programa-nacional-do-meio-ambiente>. Acesso em: 02 jul. 2014.

MIRABETE, J. F. **Manual de Direito Penal**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

O Poder da Polícia Ambiental. Disponível em: [http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=4984](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4984). Acesso em: 05 jul. 2014.

O Poder de Polícia no Direito Ambiental. Texto enviado ao **JurisWay** em 08/11/2010  
Operação Natal em Liberdade tira 1.009 aves de cativos clandestinos. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/operacao-natal-em-liberdade-tira-1-009-aves-de-cativos-clandestinos>. Acesso em: 15 jun. 2014.

PHILIPPI JR, A.; ROMÉRIO, M. A.; BRUNA, G. C., **Curso de Gestão Ambiental**. Coleção Ambiental, v. 1, Barueri – SP, 2004.

PHILIPPI, JR., A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Coleção Ambiental. 2ª ed. rev. e atual., v. 14, 1004 p., Barueri – SP, 2014.

PMAMBIENTALBRASIL. Disponível em: <http://www.pmambientalbrasil.org.br/index.php>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Polícia Ambiental é Responsável por Fiscalizar Crimes Ambientais. **Jornal Diário de Tupã**. Disponível em: <http://www.bastosja.com.br/noticias/ver/noticia/9239/policia-ambiental-e-responsavel-por-fiscalizar-crimes-ambientais>. Acesso em: 19 jul. 2014.

Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www3.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/cpamb>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Polícia Militar Investe em Business Intelligence. Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.pm.sc.gov.br/institucional/atividades/unidades-especializadas.html>. Acesso em: 02 jun. 2014.

Prefeito Pedrinho de Tacuru recebe equipe da policia ambiental. **Gazeta News**. Notícia impressa em 29 de Out. de 2013 às 19:39. Disponível em: <http://www.agazetanews.com.br/imprimir/76818>. Acesso em: 05 jul. 2014.

**Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 02 jul. 2014.

Projeto de Educação Ambiental Parque Cinturão Verde de Cianorte. Disponível em: <http://www.apromac.org.br>. Acesso em: 22 jul. 2011.

**Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**. n. 16 – jul./dez. 2010



Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação - Campus I. Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC. Salvador, 2013.

ROCHA, J. S. M. **Educação Ambiental Técnica para os Ensinos Fundamental, Médio e Superior**. 2<sup>a</sup> ed. Santa Maria: Pallotti, 2000.

QUINTANILHA, L. **Educação Ambiental como Instrumento para a Transformação Social**. Educação Ambiental. Revista Meio Ambiente Industrial, Edição 72, Março/Abril, pág. 33- 39, 2008.

SANTOS, E. S. Educação e Sustentabilidade. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Salvador, v. 11, n. 18, p. 259-279, jul./dez. 2002.

SILVA, E. M. T.; SILVA, C. T. A.; SILVA, F. T. **A Educação Ambiental na Empresa como Suporte para a Implementação de Sistema de Gestão Ambiental**. XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção – Porto Alegre (ENEGEP), RS, Brasil, 29 out a 01 de Novembro, 2005.